



# CADERNO NOVA CARTOGRAFIA

## Devastação e lutas sociais na Amazônia maranhense

JULHO  
2014

PROJETO  
**Mapeamento  
Social**



como Instrumento  
de Gestão Territorial  
contra o Desmatamento  
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS  
E COMUNIDADES TRADICIONAIS

4

## Na rota da amazônia maranhense

Composta por uma das mais ricas e de maior biodiversidade do planeta, a floresta amazônica ocupa aproximadamente 5,4 milhões de Km<sup>2</sup>, estendendo-se por oito países na América do Sul. Abriga cerca de 10% das espécies conhecidas de mamíferos e 15% das espécies de plantas, sendo detentora, também, de um imenso acervo étnico e cultural (BRASIL, 2006). No Brasil, abrange nove estados, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, totalizando uma área de 5.088.668,43 km, representando 59,76% do território nacional.



## Pressão sobre os recursos naturais

As situações sociais que se apresentam no eixo Santa Inês – Imperatriz, mais especificamente nos municípios de Monção, Santa Inês, Pindaré, Bom Jardim, Açailândia, João Lisboa, Cidelândia e Imperatriz compõe um “corredor” impactado por grandes empreendimentos que integram o denominado “Projeto Grande Carajás”, iniciado em 1980, com incentivos fiscais e creditícios para projetos agrícolas, agroindustriais e implantação de infraestrutura (transporte e energia elétrica), para o processamento de minérios, agropecuária, exploração madeireira e produção de celulose. Tais investimentos ameaçam os recursos naturais preservados por povos e comunidades tradicionais que secularmente habitam a região, entre eles: quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e povos indígenas.

## Lei Sarney de Terras: abrem-se as fronteiras para a agropecuária

Nas décadas de 1960 e 1970, a Amazônia foi interpretada como um espaço vazio a ser ocupado e o Maranhão foi visto como a solução para os problemas gerados pela industrialização nas regiões Sul e Sudeste e para as questões agrárias e agrícolas do Nordeste. Haviam aqueles que pensavam uma proposta de desenvolvimento, via industrialização com estruturação do mercado de terras. Em 1969, com a promulgação da Lei 2979, conhecida como “Lei Sarney de Terras”, as fronteiras agrícolas foram fechadas e, a partir daí, uma série de mecanismos foram criados para introduzir a pecuária, na Pré-Amazônia maranhense. A partir dos anos 1970, esta região foi alvo de projetos agropecuários e de grupos econômicos, que passaram a disputar o território com unidades de produção familiar, com povos e comunidades tradicionais e com migrantes, sobretudo, nordestinos atraídos pelas terras férteis e “livres”. Em função das políticas agrária e de incentivos fiscais, intensificaram-se os conflitos sociais nesta região. Tais confrontos, por outro lado, geraram diferentes formas de organização política e cultural de povos e comunidades tradicionais e de unidades de produção familiar.

## Mega empreendimentos e a dinâmica econômica

Os dados das contas regionais relativas ao desempenho do PIB mostram que os três principais municípios do corredor da Estrada de Ferro Carajás – Santa Inês, Açailândia e Imperatriz – têm crescido acima da média do Estado do Maranhão, do Nordeste e mesmo do país. Isso se deve em parte à dinâmica econômica apresentada por setores direta ou indiretamente articulados aos mega-empreendimentos liderados pela Vale S.A e Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar.

Apesar da dinâmica econômica, verifica-se, nesses municípios, sérias questões ambientais, relacionadas a desmatamento, devastação e degradação ambiental associadas aos grandes empreendimentos e suas ramificações (carvoarias, guzeiras, plantações homogêneas com fins industriais – eucalipto) e outros ligados mais a questões urbanas, a exemplo dos “lixões” nas cidades. Não há muita diferenciação entre as problemáticas enfrentadas, tanto em Açailândia que detém o maior parque industrial e um importante setor agropecuário, quanto em Santa Inês ou em Imperatriz, que têm um perfil mais de serviço e comércio. Nas três situações, o quadro é semelhante, o que distingue é a magnitude do evento.

A devastação de matas nativas para a implantação de pastos (pecuária), a extração ilegal de madeira de lei e a realização de “roças”, somados ao plantio de eucalipto, nos anos 1990, e na atualidade levaram a um desmatamento desmesurado, cujo resultado é uma degradação ambiental que se reflete no âmbito da flora, da fauna e dos recursos hídricos, comprometendo cada vez mais a reprodução de povos e comunidades tradicionais, cuja reprodução depende do livre acesso aos recursos naturais.

O caso da pesca artesanal nos lagos de Monção, no Rio Pindaré e no Tocantins, relatado por moradores destas áreas confirma esses fatos. Segundo trabalhadores rurais que também são pescadores, a atividade de pesca foi completamente desestruturada por conta da devastação destes locais, ocasionada pela ação de empresas agropecuárias e agroindustriais, pesca predatória e pelo poder público. Essas ações têm levado a um contínuo e sistemático aprofundamento da degradação do ambiente que se traduz em termos de assoreamento do leito dos rios e lagos.

## Os impactos provocados pelo desmatamento e o enfrentamento das comunidades tradicionais

“A SUZANO chegou, botou dinheiro para o dono da área. Ele deu pra trás não aceitava mais desapropriar a área pelo INCRA e hoje tão devastando uma área de mata que fica dentro dessa área, é mais de 200 mil hectares essa área lá e umas vinte, umas trinta mil hectares é de mata virgem. Agora tão derribando, devastando toda essa área que vai ser passada pra empresa. Isso é um impacto muito forte, um desânimo, um desânimo pra quem vive

lutando pela reforma agrária. O outro desgaste é o valor da hectare que hoje tá no valor que a gente nunca tinha visto. Qualquer alqueire de terra lá hoje tá valendo 60, 60 mil, tá valendo 40 mil, dependendo do interesse da empresa para com a área. Então não é mais qualquer coitadinho que vai comprar um alqueire de terra. O impacto muito sério que nós enfrentamos naquela região, a gente vive enfrentando e vamos enfrentar daqui pra frente é a demolição de comunidade, aonde a empresa vai montar a indústria de papel e celulose. Fica entre a estrada e a beira do rio Tocantins. Os resíduos da empresa vão cair todo dentro do rio Tocantins, que é um rio que alarga do Pará, atravessa o Maranhão do lado a outro. Então os impactos são muito fortes. E essas comunidades que vão ser demolidas, são três comunidades. Uma chama Bacaba, onde a comunidade com mais de 40 anos, que lá vivia, vive mais de 60 famílias (...). Outro impacto muito sério é onde vai ficar aquele povo que não tem mais babaçu, que eles já devastaram tudo, não tem mais terra pra agricultura familiar. Aonde vai ficar aquele povo? (...). O outro impacto é a devastação exagerada. Tem área que era da antiga CELMAR hoje é da empresa Suzano, aonde tem eucalipto é Açailândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, Imperatriz, Açailândia, é Porto Franco, Senador La Roque, é João Lisboa, Amarante toda aquela região hoje tem ramificação da empresa de papel e celulose”.

MARIA QUEROBINA DA SILVA NETA – QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU, VILA CONCEIÇÃO – IMPERATRIZ

“Maior problema ambiental é a questão do desmatamento do juçaral “o desmatamento causa uma série de problemas pra comu-





nidade, as queimadas afetam as fontes de água, o outro principal que fornece a água tá secando, isso prejudica a comunidade; a criação de animal solto, como por exemplo, porcos. Sem água ninguém pode viver”. ZACARIAS PADILHA DOS SANTOS, MATA BOI- MONÇÃO

**Desmatamento das matas ciliares do Rio Pindaré**

## Desmatamento de florestas em áreas proibidas por lei

O desmatamento não se restringe às matas/florestas, avança, neste eixo Santa Inês – Imperatriz, sobre áreas que estão protegidas por lei, como as margens de rios e córregos, as reservas permanentes, as reservas indígenas e as reservas extrativistas. Os agentes deste processo não são apenas madeireiros clandestinos e pecuaristas, mas também pequenos produtores rurais com ou sem terra. Os primeiros visam madeiras nobres, os segundos a limpeza da área para capim, e os últimos, áreas para execução de “roças” anuais, que garantem sua reprodução física. Paralelamente à retirada de madeira, duas outras atividades econômicas, também realizadas clandestinamente acompanham o desmatamento destas áreas citadas: a produção de carvão vegetal para o pólo guseiro de Açailândia e Marabá e a produção de madeira em tora e lenha, matéria-prima de cerâmicas e padarias existentes nestes locais.

## Pesca predatória, defeso e devastação

A atividade pesqueira no Maranhão ocupa centenas de milhares de pequenos produtores. Praticada tanto no extenso litoral da costa que se estende por mais de 600 quilômetros, quanto em águas internas de lagos, rios e lagoas perenes e temporários. Por outro lado, como é executado sem qualquer controle e/ou assistência técnica, o setor é, sobretudo, artesanal e extrativista, o que resulta numa baixa produtividade e qualidade de produtos ofertados e no esgotamento e degradação de áreas antes fartas em pescado. Este cenário geral apresentado é semelhante para a área estudada, do eixo Santa-Inês-Imperatriz, onde prevalecem grandes rios perenes (Pindaré e Tocantins) e campos inundáveis, que formam lagos e lagoas durante o período de chuvas.

Uma parte importante desses recursos hídricos sofre impactos decorrentes da exploração do solo para a agropecuária (agricultura, pecuária e silvicultura), a indústria e a

crescente urbanização. A atividade agropecuária foi e continua sendo a principal responsável pela devastação e degradação ambiental em função do desmatamento provocado. A indústria, com seus dejetos sem os devidos tratamentos, polui e destrói, paulatinamente, a vida nesses locais. A expansão desorganizada das cidades, sem uma contrapartida de serviços – como esgotamento sanitário, “lixões” adequados, loteamento regular – forma o tripé responsável por esta paisagem nas cidades do eixo Carajás, como Pindaré – Mirim, Santa Inês, Açailândia, Imperatriz e Cidelândia.

A consequência da redução da oferta de recursos pesqueiros nos lagos e rios tem sido a exploração predatória, em qualquer local e período, tanto por pescadores da localidade, quanto de fora. Nos municípios onde há rios e lagos não há regras, os instrumentos proibidos de pesca e período de reprodução (defeso) não são respeitados. O resultado é um círculo vicioso com mais degradação decorrente da retirada de madeiras nas encostas e matas ciliares para construção civil, plantio de capim e arroz irrigado na beira do rio, criação de búfalos nos campos, o que implica menos pescado e mais pesca predatória. As atividades pesqueiras artesanais correm o risco de desaparecer conforme relatos de pescadores locais.

“Os próprios moradores cortam, queimam e não sabem mesmo que vão prejudicar a si mesmo, outro problema foi à extração da piçarra e lá foram várias palmeiras que foram derrubadas e as mulheres que vivem daquilo sofreram bastante”. FRANCISCA RAQUEL DOS SANTOS, MATA BOI – MONÇÃO

“As atividades culturais continuam na lavoura, só que teve uma diferença do que era antes. Não se pode dizer que continua uma lavoura como era antigamente. Antigamente era mais fácil, hoje para você botar uma roça é uma dificuldade enorme, além da terra já tá cansada, nós não temos uma estrutura de ter aquela roça grande de cinco seis linhas de roça não existe mais, mas a gente tem outras maneiras, a pesca, tinha muita madeira, a cultura aqui era muito valorizada sobre a extração do extrativismo, aqui tinha muito andiroba, aqui tinha muito copaíba, aqui tinha muita abelha. Tudo isso gerava renda para o pessoal que trabalhava na roça, tirava aquela quantidade de mel, tinha aquela facilidade, hoje não existe mais porque até as matas que existiam em volta do território não existe mais. Era uma terra muito rica, uma terra muito rica na parte hídrica, muita água, muito juçaral, na época tinha muito babaçu, só que a população era muito pequena, quer dizer, a população pequena tinha condição de viver tranquilamente por aqui, hoje a população aumentou mas temos outros meios de sobrevivência. O arroz, o milho, o feijão, o extrativismo, o babaçu, a andiroba, o mel de abelha, hoje não é mais o meio de sobrevivência, por consequência do desmatamento, hoje é uma raridade. Tinha muita paparaúba, na época não tinha assim conhecimento da importância da mata. Quando olhávamos uma árvore bonita, aí dizia que dava para produzir canoa, fazer tabua, hoje é diferente, nós estamos preservando algumas que ainda resta. A própria lavoura nos trouxe desmatamento, porque nós não tínhamos aquela prática de fazer uma roça aqui e passa muito tempo cultivando aquele local, isso nos trouxe desmatamento”. ZACARIAS PADILHA DOS SANTOS, EM MATA BOI- MONÇÃO

## Investimentos econômicos e a degradação ambiental

Os dados das contas regionais relativas ao desempenho do PIB mostram que os três principais municípios do corredor da Estrada de Ferro Carajás – Santa Inês, Açailândia e Imperatriz – têm crescido acima da média do estado do Maranhão, do Nordeste e mesmo do país. Isso se deve em parte à dinâmica econômica apresentada por setores direta ou indiretamente articulados aos mega empreendimentos liderados pela Vale S.A e Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar.



A devastação de matas nativas para a retirada de madeira de lei e a realização de roça, somado ao plantio de eucalipto, nos anos 1990, e na atualidade levou a um desmatamento desmesurado, cujo resultado é uma degradação ambiental que se reflete no âmbito da flora, fauna e recursos hídricos, comprometendo cada vez mais a reprodução de grupos que sobrevivem do acesso a este recurso natural.

A pesca artesanal nos lagos de Monção, Rio Pindaré e no Tocantins. Segundo os trabalhadores rurais que também são pescadores, perde sistematicamente importância por conta da devastação destes locais, ocasionada pela ação de empresas agropecuárias e agroindustriais, por práticas agrícolas e pesca predatória. Essas ações têm levado a um contínuo e sistemático aprofundamento da degradação do ambiente que se reproduz em termos de assoreamento do leito dos rios e lagos.

“Antigamente tinha até uma reserva dentro da área, mas agora tem um companheiro que se diz dono da área que está desmatando tudo. Tá acabando a mata, ele desmata e mata as palmeiras. Isso é um problema muito grande pra comunidade. O babaçu ainda é uma fonte de renda aqui na região, a gente sabe que existe leis que impede de fazer isso, mas tem uma leizinha que dá esse direito também e a gente fica sem saber a quem recorrer” JOÃO DA CRUZ, QUILOMBO DE ONÇA- SANTA INÊS

## Rios e lagos secos

“Meu nome é Sebastião Maranhão sou representante da comunidade negra de Castelo, sou pescador, sou natural de Penalva e minha luta é luta por luta, lutando pela busca, pelo desenvolvimento da minha comunidade onde eu represento, e também dentro do nosso trabalho eu represento a classe pesqueira do município de Monção aonde a gente já foi de Santa Inês a São Luís, fazendo o papel, falando em defesa das irregularidades dos nossos campos nativos de Monção, as irregularidades dos rios e lagos, as queimadas dos campos. Então são coisas que a gente vem combatendo, infelizmente uma pessoa só não pode combater, há alguns agentes engajados nesta luta nesta tarefa, pra ver se consegue lutar, inclusive que a gente falou tanto no desmatamento na beira do rio Pindaré, beira dos campos, as queimadas, a devastação e retirada de estacas, lenha etc. E são coisas que vem nos prejudicando muito, há devastação dos campos e da natureza e com as pescas predatórias que hoje em nosso município não se encontra mais pescado, é uma barbaridade, pode sair nos lagos, nos rios, os lagos já estão todos secos mesmos, nos rios não existe o peixe, não existe o pescado estão se valendo do peixe do cativeiro que é o peixe de açude. Então é uma pena que hoje a gente tá sobrevivendo assim aqui no nosso município. Aposto dos outros municípios que também estão vivendo nessa mesma luta.” SEBASTIÃO MARANHÃO, COMUNIDADE DE CASTELO-MONÇÃO

Sebastião Maranhão,  
Comunidade Castelo -  
Monção



## Comunidades são deslocadas para a construção de estradas em benefício de empresa

“A nossa preocupação é quanto a implantação desse projeto lá. Se vocês imaginarem a quantidade de problema e de impacto que eles, que ela tá gerando diretamente lá na gente, vocês ainda tão pensando pouco! Porque é muito, são muitos problemas! A gente não consegue nem citar aqui os problemas, mas são de toda ordem, de toda natureza. Pra transporte de material deles vão utilizar a BR e vão fazer uma ligação da BR 010 até a fábrica deles. Isso vai cortar um monte de comunidades. Várias pessoas, criadores e pequenos criadores. Tem também a linha do ferro também que eles vão tá interligando na fábrica também. E, isso também é outro problema, essa transmissão que eles tão criando, caíram em cima do povoado Bacaba. No começo eles falaram que a Bacaba ia escolher o lugar que eles fossem escolher um lugar ou mais pra Imperatriz ou mais pra Olho d’Água, que iam

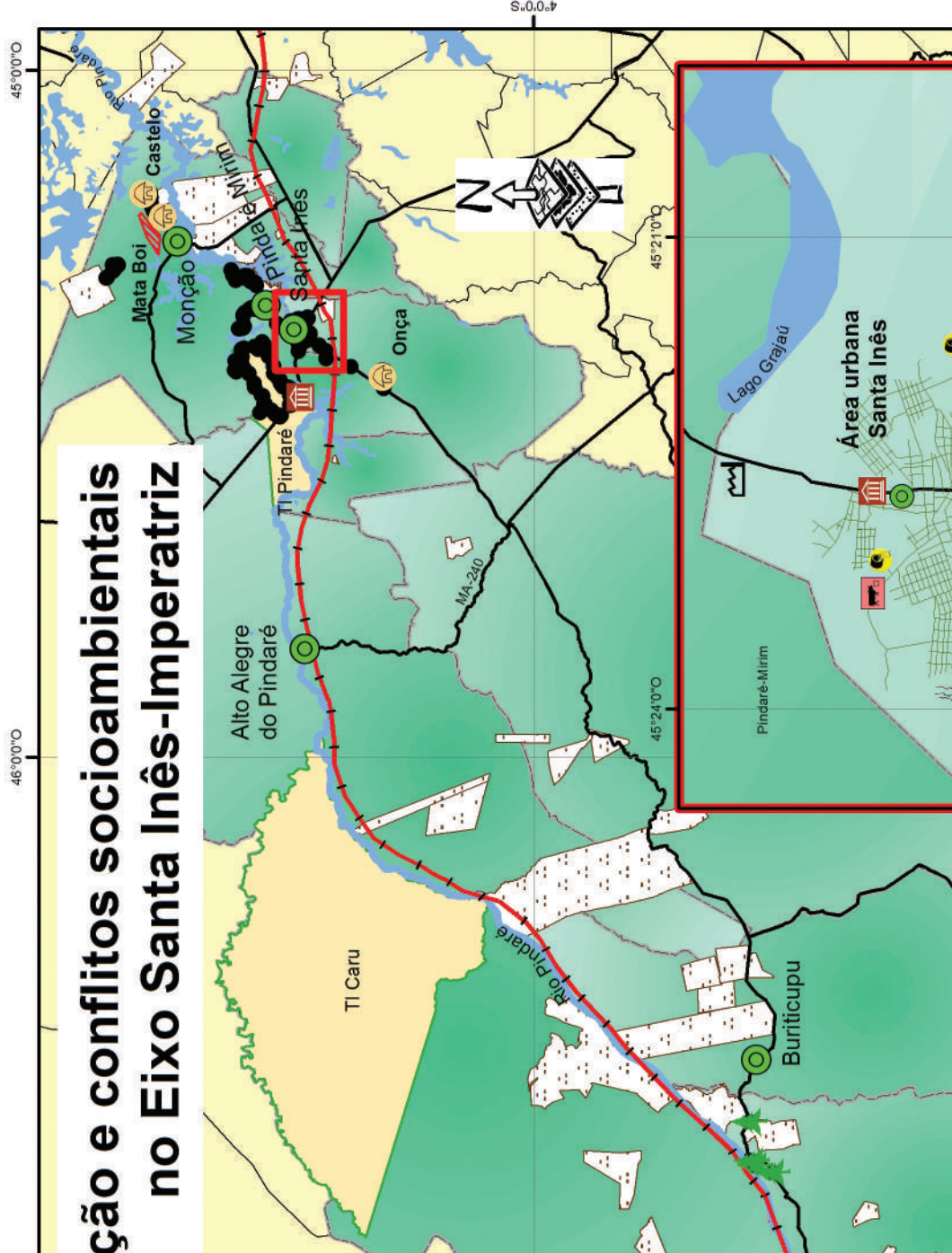


### Lago Bolívia

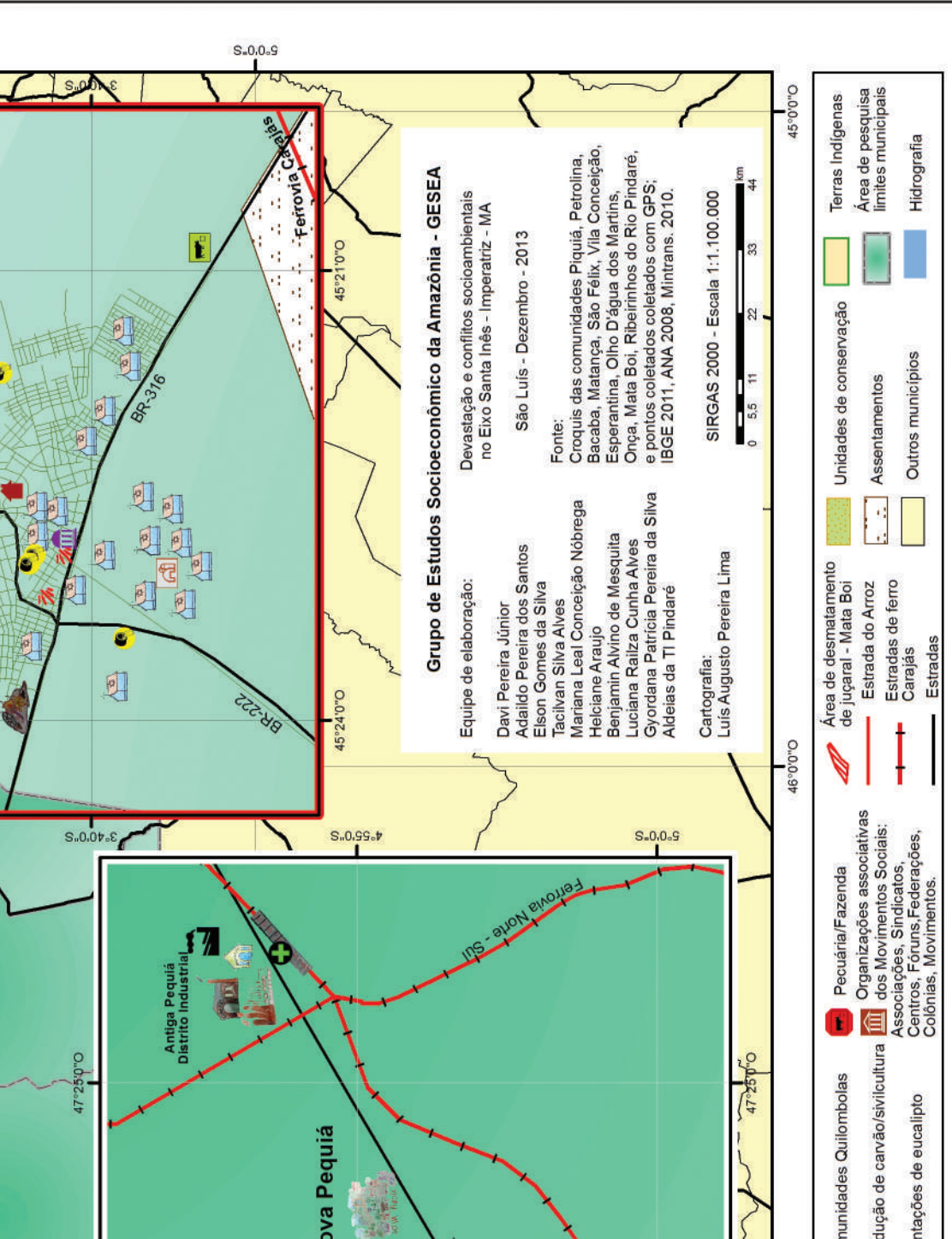
colocar eles. 'Vocês pode escolher o lugar que vocês querem, que nós vamos construir as casas tudo padronizada pra vocês'. Só que a Suzano colocou uma área depois da Matança já, já uns seis quilômetros da estrada que passa o ônibus e colocou uma opção encostada de um morro que tem lá entre a Matança e a Esperantina, porque são duas comunidades. Pra Bacaba escolher uma dessas duas. A primeira coisa que eles fizeram foi comprar a terra. Eles compraram todas as terras em volta fizeram o favor de comprar. Quando eles começaram, disseram que não dava para Bacaba ficar lá, tinha que sair de lá e começaram a pensar para onde nós vamos. Como a Suzano é muito esperta, ela joga. Ela nunca diz o que vai fazer. As coisas vão acontecendo. Foram na Matança e apontaram dois quilômetros para dentro, lá uma área para lá. E a outra alternativa era entre a Matança e Esperantina. Eles foram para a Matança e não gostaram. Eles queriam outra área, eles pediram uma área que fica bem em frente a Esperantina, uma área que é só mata. A Suzano disse que fez uma proposta para comprar, mas o cara não queria vender, aí ficou esse negócio, aí em frente. Eles também se agradaram de lá, disse que a área é boa, queriam ir para lá. A Suzano disse que não, o dono também não queria vender a área. Então ficou assim. A Suzano fez um levantamento, um estudo social lá na Bacaba, nessas duas áreas, onde eles aceitaram foi entre a Matança e Esperantina, agradaram não, foram as alternativas que eles colocaram para eles. Ai eles vieram para Imperatriz e falaram com o promotor, o promotor disse: 'não rapaz, vocês têm que pegar o que a Suzano botar para vocês, porque vocês estão na beira da estrada, se a Suzano quiser ela deixa vocês lá de mão, aí vai jogar vocês para o Estado. O Estado vocês sabem como é que é. Aí o pessoal decidiu aceitar. Começaram a construir as casinhas lá, lá são 500 metros quadrados, uns 20 metros de frente por 30, cada casa, aí fizeram a remoção deles para lá, são 22 famílias que foram para lá, só que existem duas Bacabas: a Bacaba dos Cachorros e a Bacaba dos Ferreira. Saiu a Bacaba dos Cachorros e a Bacaba dos Ferreiras permanece na Estrada do Arroz. Hoje as famílias estão instaladas, lá não tem como eles criar galinhas, porque o terreno é pequeno não tem como eles criar nada, eles estão como se eles estivessem na cidade, em um lote na cidade, a cidade foi para o campo. Para completar, o que a Suzano fez?' Como nós trouxemos vocês para cá, nós não queremos deixar vocês sem trabalho, nós pensamos em uma área para vocês aqui atrás, mas essa área não é só para vocês. São para Esperantina, Bacaba, Matança e Açaizal se juntem para trabalhar em uma horta, 2 mil metros quadrados. Tá lá a área já cercada já"

DANIEL CONCEIÇÃO NASCIMENTO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE ESPERANTINA, SÃO JOSÉ DA MATANÇA E AÇAIZAL (AMPEMA)

# ção e conflitos socioambientais no Eixo Santa Inês-Imperatriz







### Grupo de Estudos Socioeconômico da Amazônia - GESEA

Devastação e conflitos socioambientais no Eixo Santa Inês - Imperatriz - MA

São Luis - Dezembro - 2013

Fonte:

Croquis das comunidades Piquiá, Petrolina, Bacaba, Matança, São Félix, Vila Conceição, Esperantina, Olho D'água dos Martins, Onça, Mata Boi, Ribeirinhos do Rio Pindaré, e pontos coletados com GPS; IBGE 2011, ANA 2008, Mintrans. 2010.

Equipe de elaboração:  
 Davi Pereira Júnior  
 Adaildo Pereira dos Santos  
 Elson Gomes da Silva  
 Tacilvan Silva Alves  
 Mariana Leal Conceição Nóbrega  
 Helciane Araújo  
 Benjamin Alvirno de Mesquita  
 Luciana Ralíza Cunha Alves  
 Gyordana Patrícia Pereira da Silva  
 Aldeias da TI Pindaré

Cartografia:  
 Luis Augusto Pereira Lima

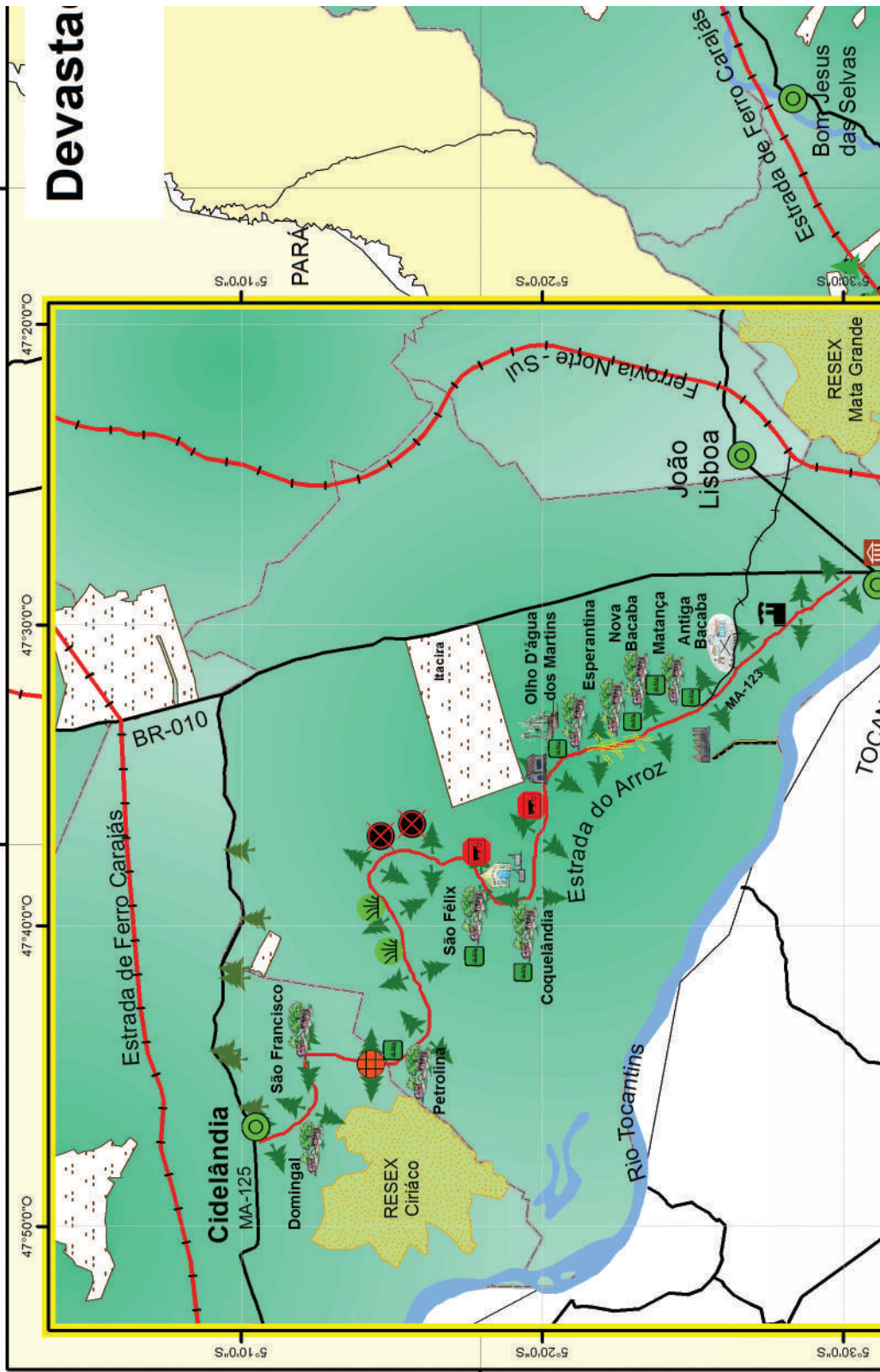
SIRGAS 2000 - Escala 1:1.100.000



- unidades Quilombolas
- Pecuária/Fazenda
- Organizações associativas dos Movimentos Sociais: Associações, Sindicatos, Centros, Fóruns, Federações, Colônias, Movimentos.
- Área de desmatamento de juçaral - Mata Boi
- Estrada do Arroz
- Estradas de ferro
- Carajás
- Estradas
- Unidades de conservação
- Assentamentos
- Outros municípios
- Terras Indígenas
- Área de pesquisa limites municipais
- Hidrografia

# Devasta

47°50'0"O 47°40'0"O 47°30'0"O 47°20'0"O 47°10'0"O

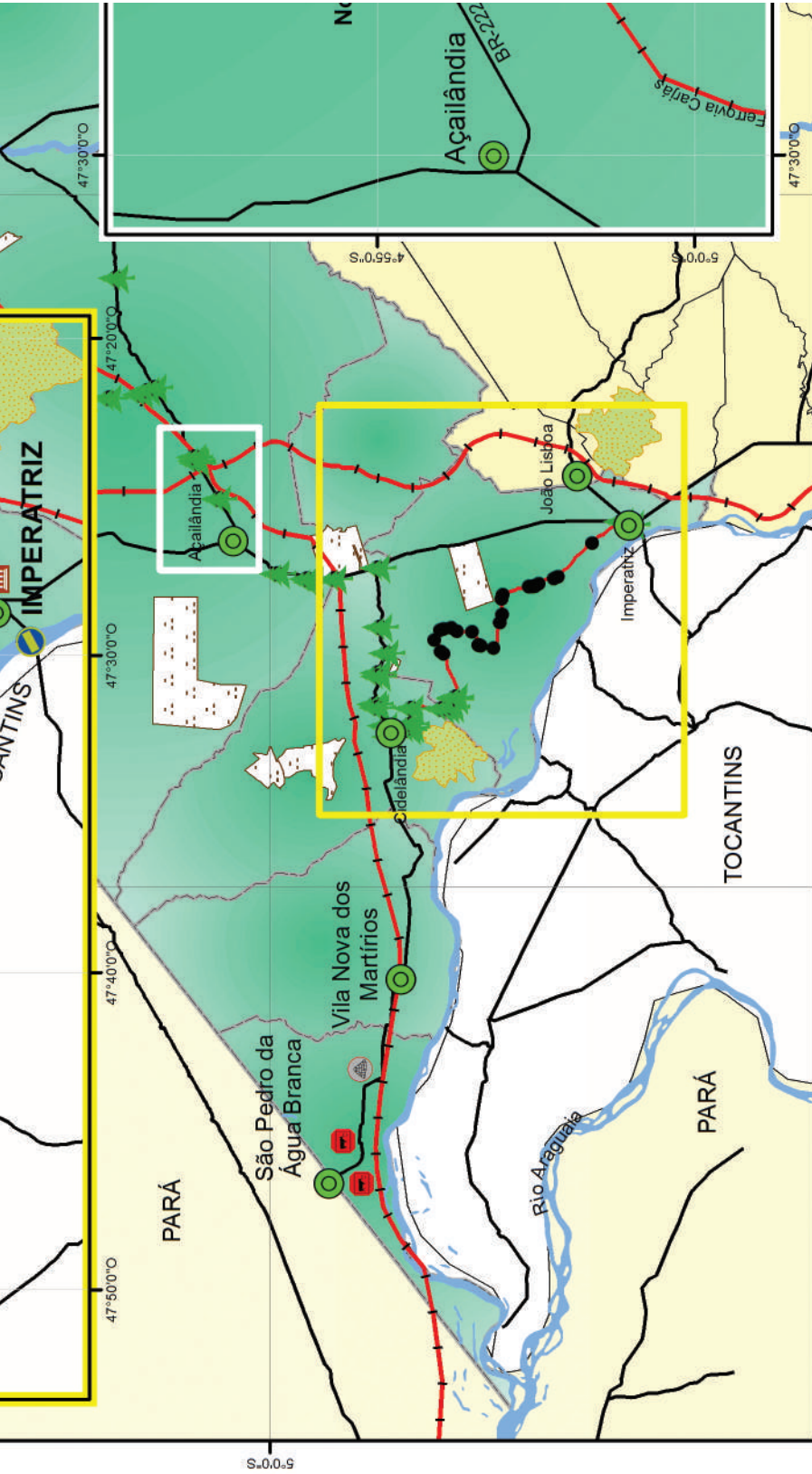


4°0'0" S

5°10'0" S

5°20'0" S

5°30'0" S



47°30'0"O

48°0'0"O

47°30'0"O



**PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**  
 Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra  
 o desmatamento e a devastação: Processo de capacitação de  
 Povos e Comunidades Tradicionais.



- Cor 
- Pro 
- Pla 

## Imperatriz – empresa Suzano: estratégias visam a monopolização do território

A presença de grandes empreendimentos na Amazônia Legal, expressa a ideia hegemônica de desenvolvimento via uma economia “forte”, voltada para o mercado internacional. Nesse contexto as empresas aparecem com destaque no debate sobre o desenvolvimento regional, que se utiliza de diferentes práticas para monopolizar o território, contando com o subsídio estatal através de políticas e dispositivos legais que facilitam sua ação. Esse processo inicia-se no final do século XX e perdura até os dias atuais provocando uma rápida mudança no campo e avanço da fronteira agrícola brasileira.

Nesse cenário a região tocantina apresenta-se subordinada aos interesses e grandes empreendimentos, sob a mira do agronegócio, da indústria de papel e celulose, que provoca transformações na estrutura agrária, no meio ambiente e de ordem sociocultural. Dessa forma é que a planta de fábrica está sendo instalada pela Suzano Papel e Celulose S.A no município de Imperatriz. Configura-se como uma nova dinâmica do agronegócio na hinterlandia brasileira.

Os processos que caracterizam esse novo contexto de monopolização do território são fortemente alicerçados no aparato estatal que por meio de base jurídica, cria dispositivos legais para regularizar e beneficiar as práticas das grandes empresas, não obstante desse processo o Estado do Maranhão também criou sua base jurídica por meio de dispositivos legais que justifica, beneficia e regulariza as práticas da Suzano Papel e Celulose S. A.

Tais dispositivos legais foram criados recentemente para justificar e normatizar a presença da Suzano Papel e Celulose S.A, que se vale do seu poderio econômico para ditar as regras no processo de monopolização do território, evidenciando a escolha do “modelo de desenvolvimento” realizado pelos governantes maranhenses.

Os sucessivos projetos de desenvolvimento que foram implantados conforme os interesses dos grupos hegemônicos na Amazônia Legal direcionaram a sua organização socioespacial, e nesse cenário já bastante alterado, a Suzano Papel e Celulose S.A realiza sua estratégia de diversificação horizontal sendo, conforme demonstrado, profundamente respaldada pelo Governo maranhense.

Desta forma, a empresa Suzano Papel e Celulose S.A vêm ampliando sua produção através do aumento de sua capacidade produtiva de celulose de fibra curta e intensificando sua participação no mercado de papeis, expandindo rápida e avassaladoramente o plantio homogêneo da espécie alienígena do eucalipto na região tocantina maranhense em detrimento da paisagem original do cerrado e floresta equatorial em um constante movimento de apropriação e expropriação dos territórios de vida e trabalho das comunidades agroextrativistas locais.

“Nós criamos uma confusão porque a Suzano, porque eles aradaram uma área vizinha com o maior brejo (na época era a Celmar). Não aceitamos que eles plantassem eucalipto ali, vizinho, porque no nosso entendimento eles iam jogar o agrotóxico no brejo que era onde nossas crianças tomavam banho e também de onde nós tirava água para beber, não tinha outra alternativa. Nós estava acampado. Eles estão alegando que na época não poderíamos fazer compromisso porque a terra não era nossa, que era do fazendeiro, que era mesmo. Eles estão alegando isso, eles estão querendo devolver nossa área, porque o compromisso foi assim, lá era 48 ha que nós não aceitamos eles plantarem eucalipto na época. Nós cedemos da nossa área que estava ocupada as mesmas 48 ha para eles plantarem eucalipto, que plantaram, já colheram, lá só tem o rebroto. Porque fizemos assim, eles cederam. Eles plantaram

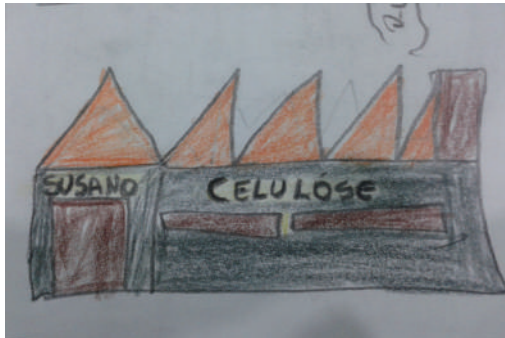


Representação da  
Antiga Bacaba



Representação da Nova  
Bacaba

Representação da Empresa Suzano Papel e Celulose e identificação toxicológica da Empresa Suzano



eucalipto, eles estão querendo fazer esse compromisso com a associação de tirar os tocos, entregar área aradada para se plantar, milho, arroz, feijão, e eles querem ficar com a área deles, mas com o compromisso de que eles não vão desmatar, vai ficar lá como reserva, na época lá era 60 alqueires” MANOEL RAMOS – PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CIDELÂNDIA, EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO DA SOL BRILHANTE

## Açailândia – Pequiá de Baixo: desenvolvimento insustentável

Pequiá de Baixo, um dos primeiros bairros de Açailândia, possui cerca de 350 famílias. Em 1987 foi iniciada a instalação de siderúrgicas no bairro, atraídas pelas vantagens econômicas que a proximidade com a estrada de ferro Carajás propiciavam, além dos incentivos financeiros e isenções fiscais que o Programa Grande Carajás anunciava para as empresas que desejassem se instalar na Amazônia Oriental.

Gusa Nordeste S/A, Viena Siderúrgica S/A, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Fergumar Ferro Gusa do Maranhão Ltda e Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA) foram

Placa de expansão da EFC – Açailândia



**Pequiá de Baixo**

siderúrgicas que se instalaram nas proximidades das casas dos moradores. Além das siderúrgicas foi instalada no bairro uma termelétrica. A estrada de ferro Carajás, Itaqui e diversas plantações de eucalipto que fornecem a matéria-prima para as siderúrgicas marcam a paisagem local.

Apesar do bairro ter se instalado na região antes das siderúrgicas, em 2006, a Câmara dos vereadores aprovou o Plano Diretor da Cidade, caracterizando o bairro como Distrito Industrial. As siderúrgicas poluem o ar, o solo e a água do bairro desde a sua instalação. Depositam dejetos industriais a céu aberto, causando a intoxicação e lesão física em pessoas e intoxicação em plantas e animais. A atividade agrícola não se realiza mais devido à poluição do solo. O barulho da termelétrica e do trem também causa transtornos. As plantações de eucalipto intensificaram a concentração do solo e geram impactos sobre a soberania alimentar da população sem-terra, alterações no solo e escassez dos recursos hídricos, além de problemas de saúde em decorrência dos agrotóxicos bem como: câncer de pele, de pulmão, de garganta, tuberculose, problemas respiratórios são constantemente denunciados pelos moradores como consequência do contato com as emissões poluentes das siderúrgicas.

Em decorrência das denúncias dos moradores da comunidade de Pequía e de organizações como “Justiça nos Trilhos”, em março de 2011, o Ministério Público Estadual, através da segunda promotoria da justiça de Açailândia, especializada na defesa dos direitos da cidadania, considerando que o reassentamento de Pequía de baixo é medida de máxima urgência, instaurou um Inquérito Civil Público, com o objetivo de colher as lesões ao direito de cidadania dos moradores e identificar os responsáveis. Esse inquérito resultou em um Termo

**Associação de Moradores do Pequía****Fuligem da fábrica de cimento instalada nos quintais das casas de Pequía**

de Ajustamento de Conduta, em maio de 2011, determinando ações e procedimentos para o reassentamento da comunidade.

A comunidade escolheu o terreno que gostaria de ser reassentada, denominado “Sítio São João” cabendo à prefeitura a desapropriação do mesmo e o sindicato Patronal das empresas siderúrgicas (SIFEMA) o valor para a desapropriação. Em julho de 2012 essa área foi desapropriada pela Prefeitura. Posteriormente o proprietário do terreno discordou do valor avaliado para o terreno e entrou na justiça contestando a desapropriação.

“Quando nós chegamos ali existia as matas na beira do brejo, naquela época quem tinha direito quem desmatava, e onde tinha mata eles iam desmatando. Nós somos descendente de lavrador, lavrador, quando chegamos ali nós plantávamos no fundo das casas. Os latifundiários chegaram nos anos 70, nos anos 80, em 72 eles já investiam pra comprar a terra das pessoas. As grandes empresas e os fazendeiros desmatam tudo. Eles estão nos assentamentos ilegais. Com a manutenção do ferro e a devastação, tem coisas tóxicas trazidas pelo vento, o forro da casa da gente é feito de compensado, a gente forra porque é muito pó, esse pó atravessa o telhado e o forro. Se deixar um pano branquinho de noite quando for de manhã esta pretinho do pó de cimento. As universidades já comprovaram que esse pó é perigoso e ninguém faz nada.” EDWAR DOS SANTOS CARVALHO– PEQUIÁ DE BAIXO

## Cidades impactadas: poluição industrial e lixo urbano

O município de Santa Inês está situado numa área de 410 quilômetros quadrados, a 173,8 km de São Luís, capital maranhense. Possui uma população de 75.973 mil habitantes (IBGE, 2011). Sua história está associada à prática da monocultura da cana-de-açúcar no Vale do Pindaré e começa na localidade chamada Ponta de Linha, onde se formou uma fazenda para explorar a monocultura da cana-de-açúcar para abastecer o Engenho Central do município de Pindaré-Mirim, fato que levou à construção de uma linha férrea para o escoamento da produção (IBGE, 2011).

Dado o ritmo acelerado no crescimento populacional, verificado nos últimos 30 anos, a partir da expansão da agropecuária e da implantação de grandes projetos na região, a cidade de Santa Inês passou a enfrentar questões sociais, características dos grandes centros, entre elas, destacam-se: problemas de saneamento básico, condições de moradia, desemprego, prostituição infanto-juvenil, segurança pública e problemas sócio ambientais, causados pelo trânsito congestionado devido ao aumento dos veículos na cidade, pelo uso de queimadas como técnica de cultivo, pela expansão agropecuária e pelo tratamento inadequado do lixo urbano (doméstico, hospitalar, comercial e industrial).

A Prefeitura municipal de Santa Inês oferece o serviço de coleta de lixo nos domicílios urbanos, de segunda a sábado, em 35 bairros. Entretanto, esse serviço é insuficiente para conter a formação de “lixões” ao redor dos bairros, em terrenos vazios, nas ruas, na porta das escolas e nas proximidades dos hospitais. Outra prática recorrente tem sido o lançamento de lixo direto nos mananciais, criando as condições ideais para a proliferação de insetos e, conseqüentemente, de doenças.

Um dos bairros mais afetados pela inexistência, ainda, de um sistema de tratamento do lixo urbano, é o Canaã, onde residem cerca de três mil habitantes e onde um número expressivo de moradores, entre eles crianças e idosos, tiram seu sustento ou complementam sua renda a partir da “cata do lixo”. De forma incipiente, os denominados “catadores” realizam a seleção dos resíduos sólidos e revendem materiais reaproveitáveis para as “empresas de reciclagem”, instaladas no entorno do “lixão”. Em 2013, o lixão foi transferido para outra área na cidade de Santa Inês, mas a cidade ainda se ressentida de uma política ambiental.

## TI Pindaré: disputa pelos lagos

No caso específico do Vale do Pindaré, a devastação provocada pela ação das agropecuárias impõe sistematicamente limites às práticas econômicas – agricultura e extrativismo – das unidades de produção familiar, conceituadas como camponeses e dos povos e comunidades tradicionais. Resta, como fonte de renda, a prática da pesca artesanal no rio Pindaré e nos lagos ainda preservados na Terra Indígena Pindaré, com conflitos entre índios e não-índios e conflitos internos entre os pescadores não-índigenas, ameaçados pela pesca predatória.

“Então nos preocupamos muito com desmatamento, algumas lagoas que ficam as margens do rio já chegaram a ser aterradas porque tem algumas margens do rio que foram desmatadas. Tem o desmatamento nas beiras dos rios (...) o rio está aterrando, porque se corta uma árvore (...) a gente está preocupado”. EXTRAÍDO DA FALA DO SR. JOSÉ CARLOS GUAJAJARA, NO II SEMINÁRIO POLÍTICAS AMBIENTAIS NO VALE DO PINDARÉ, EM 5/06/2013

## Estrada do arroz virou estrada do eucalipto

A “estrada do arroz” é o ramal de uma rodovia estadual do Maranhão, que interliga o principal município da região Tocantina, Imperatriz, aos demais municípios da microrregião de Imperatriz. O trecho que recebe essa denominação termina em São Pedro D’água Branca, onde se localiza uma parada da Estrada de Ferro Carajás e outros ramais rodoviários, que seguem para o Pará e outras regiões do Maranhão. Essa estrada volta e meia está na mídia particularmente em período eleitoral, seja porque agrega inúmeros municípios, porque teve alguma relevância na produção agropecuária regional, seja porque no papel já foi asfaltada e, portanto uma MA qualificada e sem problemas com deslocamento. Ou ainda porque foi e continua sendo, pelo seu traçado estratégico, o lócus, principal de implantação de maciços florestais por parte da CELMAR (empresa de celulose da Vale antes da sua privatização) e mais recentemente pelo Grupo SUZANO que compra as florestas de eucalipto implanta novas áreas com a cultura neste corredor e fora dele com a finalidade de suprir a necessidade de matéria-prima da sua fábrica implantada no quilometro 12 desta rodovia. Com exceção do trecho que liga a fábrica de celulose a BR – (Belém-Brasília) que foi duplicado e sinalizado o qual perpetua problemas semelhantes há 20, 30 anos com buracos, pontes de madeiras e lama no período chuvoso e poeira no período de estiagem, este era o problema que os pequenos produtores agrícolas (numerosos e ativos) enfrentavam para comercializar a produção de gêneros alimentícios e amêndoa de babaçu.

Em 2013 ocorre uma transformação radical no perfil produtivo destes produtores decorrente da ação dos grandes empreendimentos. Esta região que originalmente produzia gêneros alimentícios combinados com o extrativismo do babaçu e com uma pecuária extensiva, passa a ser caracterizada por carvoarias vinculadas ao polo guseiro de Açailândia e por grandes plantações de eucalipto.

Na década de 1990 quando a Celmar compra de médios e grandes fazendeiros imensas áreas para implantar dezenas de milhares de hectares de eucalipto na região, ainda havia outras áreas com matas para o plantio da roça e a própria Celmar cedia espaço coletivos “campos agrícolas” para comunidades inteira efetivarem sua reprodução, além de também ceder espaço em regime de comodato de áreas com babaçu para associações e clube de mulheres vinculada a tal atividade. Com a privatização da VALE o seu projeto de fabricação de celulose (Celmar) é desativado.

Isso porque a empresa já comprou novas propriedades e continua comprando quais-

Estrada do arroz ontem, hoje plantação de eucalipto - Imperatriz







### Desmatamento em Açailândia

quer áreas remanescentes e proibindo o acesso a suas terras destes produtores que ainda sobrevivem (em parte) da agricultura. Essa expropriação consentida tem gerado uma exclusão social ainda maior agora associada com a segurança alimentar. Mas por outro lado, em função da escala de produção da planta industrial instalada e de sua operação já em 2014 há uma corrida contra o tempo para ampliação da área com eucalipto que agora não se limita aos municípios da estrada do arroz, mas se amplia a centenas de quilômetros da sede da empresa (Imperatriz). A tendência portanto é concentrar ainda mais a terra e a produção em monoculturas (eucalipto e/ou pinus) em detrimento das demais atividades antes existentes, essas devem se deslocar para áreas mais distantes destes maciços florestais em implantação.

Em outras palavras a entrada de uma empresa do porte de uma Suzano ou de outras do gênero, produzindo e beneficiado uma matéria-prima estranha ao local, constituem num elemento estruturador e desestruturador do espaço onde se instala e ao fazer isso ela altera não só a ocupação e uso da terra em si, ao substituir as culturas instaladas por outras geradoras de matéria-prima que necessita, mas também infere em outros aspectos com a formação e organização do mercado de trabalho e a estrutura produtiva econômica, social demográfica e culturas deste locais.

Em síntese antes da presença de empresas capitalistas, a estrada do arroz em decorrência de diversas variáveis vinculado a estrada, eletricidades, armazém, assistência técnica e financiamento público ou a desigual estrutura fundiária prevalecente, já produzia muito pouco arroz, mandioca, milho e feijão, mas tinha alguma relevância local assim como a pecuária de corte, fato que se arrasta até a chegada da primeira empresa de plantio de eucalipto em 1995 (Celmar), quando então paulatinamente se transforma na estrada do eucalipto, tendência essa que se aprofunda na atualidade (2013) com o avanço de novos plantios, com a saída de pecuarista e a proibição formal (Suzano) de fazer e/ou ceder espaço privado a qualquer tipo de atividades agrícola.

### Os impactos são muito fortes

“Essa última empresa que chegou lá agora, que é uma empresa chamada SUZANO, ela diz que vai trazer mil e num sei quantos emprego lá direto e mais de dois mil empregos indiretos. Então as comunidades, o povo que tão desempregado fica tudo doido. Agora chegou a salvação, né? Outro impacto também que tá trazendo uma grande, um grande desconforto pra nós, que somos trabalhadores, trabalhadoras, movimento sindical, movimento das quebradeiras, é a questão da reforma agrária que nunca houve, mas a gente continuava forçando a capa, pra que o INCRA desapropriasse a área de terra pra assentar as famílias sem terra. Nós temos dois assentamentos que a gente tá com um povo na beira da estrada há oito anos. Um deles fica na estrada do arroz, o INCRA já tinha até dado uma carta de

anuência que eu não sei como é que chama pra que a associação de lá dos agricultor, do sem terra... dizendo que aquela área já estava desapropriada. E aí há uma grande festa pra aqueles companheiros que tava na margem da estrada. E depois da chegada da empresa, aí, o INCRA deu pra trás. Não tem mais terra desapropriada. O outro assentamento era da Água Branca, próximo de São Pedro da Água Branca. O assentamento também já com oito anos que o povo tava na beira da estrada e essa área já tava com recurso na conta da Associação. Uma área muito famosa, muito grande. Ai a SUZANO chegou, botou dinheiro para o dono da área, ele deu pra trás não aceitava mais desapropriar a área pelo INCRA e hoje tão devastando uma área de mata que fica dentro dessa área, é mais de 200 mil hectares essa área lá e umas vinte, umas trinta mil hectares é de mata virgem. Agora tão derribando, devastando toda essa área que vai ser passada pra empresa. Isso é um impacto muito forte, um desânimo, um desânimo pra quem vive lutando pela reforma agrária. O outro desgaste é o valor da hectare que hoje tá no valor que a gente nunca tinha visto. Qualquer alqueire de terra lá hoje tá valendo 60, 60 mil, tá valendo 40 mil, dependendo do interesse da empresa para com a área. Então não é mais qualquer coitadinho que vai comprar um alqueire de terra. Esse é outro impacto muito sério, que nós enfrentamos naquela região. Outro impacto que a gente vive enfrentando e vamos enfrentar daqui pra frente é a demolição de comunidade, aonde a empresa vai montar a indústria de papel e celulose. Fica entre a estrada e a beira do rio Tocantins. Os resíduos da empresa vão cair todo dentro do rio Tocantins, que é um rio que alarga do Pará, atravessa o Maranhão do lado ao outro. Então são os impactos muito forte. E essas comunidades que vão ser demolidas, são três comunidades. Uma chama Bacaba, onde a comunidade com mais de 40 anos, que lá vivia, vive mais de 60 famílias, lá nesse povoadinho, mas tinha colégio, tinha muita matéria-prima para o artesanato, inclusive lá tem uma artesã que se chama Leci que faz um artesanato da maior, da maior qualidade da história. Hoje essa cidadã vai ter que sair dessa comunidade pra ir pra outro local que eles vão montar (...) Outro impacto muito sério é onde vai ficar aquele povo que não tem mais babaçu, que eles já devastaram tudo, não tem mais terra pra agricultura familiar aonde vai ficar aquele povo, são povo tudo maduro já de seus 40 anos, 40 anos, a juventude tá toda iludida que vai ser empregado e outros que não vai ser empregado vão embora pra Goiânia, Mato Grosso (...) O outro impacto é a devastação exagerada. Tem área que era da antiga CELMAR hoje é da empresa SUZANO, aonde tem eucalipto é Açailândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, Imperatriz, Açailândia, é Porto Franco, Senador La Roque, é João Lisboa, Amarante toda aquela região hoje tem ramificação da empresa de papel e celulose. Quase todos os assentamentos tão cercados, vejam outro impacto muito sério, com a oferta do emprego, com a oferta do emprego, até os assentamentos tão botando os filhos pra irem, pra se entregar, correndo atrás de emprego e até as pessoas de idade meio avançada tão correndo atrás de emprego, porque elas podem ser vigia, pode ser quem sabe um zelador de um jardim, que diz que vai ter jardim em todo canto vai ter jardim lá na empresa.” MARIA QUEROBINA DA SILVA NETA – QUEBRADIRA DE COCO BABAÇU, VILA CONCEIÇÃO – IMPERATRIZ

Emanuel, Pedro e Anísio  
Guajajaras, cântico  
Tenetehára

## Na terra indígena Pindaré – MA

As comunidades indígenas da etnia Tenetehára, conhecido como Guajajara, que significa “somos os seres humanos verdadeiros”, habitam a Terra Indígena Pindaré, localizada no município de Bom Jardim – MA.

A Terra Indígena Pindaré abrange as aldeias Januária, Areião, Piçarra Preta, Areinha, Novo Planeta, Tabocal e Aldeia Nova. A terra é demarcada desde 2008 pela FUNAI com área de 15 mil hectares (pelos cálculos dos indígenas originalmente a área seria de 60 mil ha). Dentro dessa área há conflitos devido a constantes invasões de fazendeiros, posseiros e pescadores. De acordo com os indígenas os marcos legais que demarcam a área não são respeitados “as comunidades vizinhas não preservam seus rios, suas matas, mas a



gente preserva e é por isso que eles vem tudo pra cá” RAIMUNDO NONATO GUAJAJARA, ALDEIA GUAJAJARA

As invasões ocorrem porque as comunidades se encontram em uma extremidade da reserva não possibilitando o controle de toda área. Os conflitos estão presentes no cotidiano indígena. Os marcos da área indígena são deslocados frequentemente por posseiros e fazendeiros os quais ocupam com pastos e queimadas. O apossamento e o uso ilegal dos bens naturais têm provocado devastação e desmatamento dentro das comunidades indígenas. Com as invasões nota-se o aparecimento de estradas para fazendas que cortam a reserva e o aumento da pesca predatória – tapagem – por outras comunidades que entram nos lagos e rios sem permissão.

“A população está crescendo e pra onde o pessoal vai? Eu já andei muito naquele lugar ali. Quando tinha pouca gente. Aqui é uma área indígena” EMANUEL GUAJAJARA, ALDEIA JANUÁRIA

Os marcos estabelecidos pela FUNAI foram deslocados dos pontos. O trajeto feito pelos indígenas a área com a intuito de rever a área. Terra Indígena Pindaré fica cada vez mais escassa, devido a constantes invasões de madeireiros, posseiros, pescadores, fazendeiros, assentados e caçadores, que apossam dessas áreas de forma ilegal, usufruindo de seus bens naturais, deixando um prejuízo enorme dentro das comunidades indígenas, que vivem de mãos atadas mediante essa realidade, pois os mesmos quando iniciam uma reação frente a essa situação, são ameaçados de mortes e coagidos com fortes represálias vindas desses grupos de não indígenas que se instalam em suas terras. Há também a presença de grandes empresas que utilizam dessas áreas para desenvolvimento de seus empreendimentos, deixando para as comunidades algo em troca, como uma política de compensação, mas que em alguns casos não são cumpridas. Hoje uma única forma que os indígenas utilizam para acionarem os órgãos defensores de suas causas, é através de manifestações realizadas pelas comunidades, que mobilizam-se, interditam rodovias, com intuito de mostrarem a situação atual das comunidades indígenas e seus problemas.

Diante das problemáticas os indígenas da TI tentam cotidianamente preservar seus rituais, como uma forma de manter viva sua cultura, os mesmos ressaltaram o enfraquecimento pelo contato com outras culturas trazidas por grupos de não indígenas e pelos conflitos citados. Esse fortalecimento ocorre com a realização das festividades nas aldeias e com os ensinamentos realizados nas escolas indígenas por professores indígenas, com objetivo de manter a cultura indígena.

## PROJETO NOVA CARTOGRAFIA

### PROJETO EDITORIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
PPGSCA-UFAM/CNPQ/FAPEAM/Coordenador do PNCSA

### EQUIPE DE PESQUISA

Adaildo Pereira Santos GESEA/ Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia-UEMA/PNCSA  
Davi Pereira Júnior UEMA/GESEA/PNCSA  
Helciane de Fatima Abreu Araujo UEMA/GESEA/PNCSA  
Benjamim Alvino de Mesquita PNCSA/UFMA  
Mariana Leal Conceição Nóbrega UNICAMP/PNCSA  
Luciana Railza Cunha Alves Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA/PNCSA  
Danilo da Conceição Serejo Lopes Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA/PNCSA  
Gyordanna Patrícia Pereira da Silva GESEA/PNCSA

### COLABORADORES

Elson Gomes Estudante de graduação em Pedagogia/UEMA  
Tacilvan Silva Alves Estudante de graduação em Ciências Sociais/UEMA/GESEA  
Aldy Mary Ilário da Silva Estudante de Graduação em Pedagogia/UEMA  
Francisca Suellen Fernandes de Sousa Graduada em Pedagogia/UEMA  
Cliciane França Costa Estudante de Graduação em Ciências Sociais/UEMA  
Francisca Raquel dos Santos Quilombola/ Estudante de Graduação em Pedagogia/UFMA

### EDIÇÃO

Luciana Railza Cunha Alves Mestranda em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA/PNCSA  
Davi Pereira Júnior UEMA/GESEA/PNCSA  
Helciane de Fatima Abreu Araujo UEMA/GESEA/PNCSA  
Benjamim Alvino de Mesquita PNCSA/UFMA

### CARTOGRAFIA

Luís Augusto Pereira Lima Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA/PNCSA

### GEOPROCESSAMENTO

Adaildo Pereira Santos GESEA/ Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA/PNCSA  
Davi Pereira Júnior UEMA/GESEA/PNCSA  
Tacilvan Silva Alves Estudante de graduação em Ciências Sociais/UEMA/GESEA  
Elson Gomes Estudante de graduação em Pedagogia/UEMA

### FOTOGRAFIAS E FILMAGENS

Davi Pereira Junior UEMA/GESEA/ASPA  
Tacilvan Alves GESEA/ estudante de graduação em Ciências Sociais/UEMA  
Elson Gomes Estudante de graduação em Pedagogia/UEMA

### DESIGN E PROJETO GRÁFICO

Casa 8

C122 Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação : processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 4 (jul. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

v.: il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2359-0300

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marín, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)

# CADERNO NOVA CARTOGRAFIA 4

JULHO 2014

O Caderno Nova Cartografia 4 com a temática “Devastação e Lutas Sociais na Amazônia Maranhense” apresenta diversas situações de pressão ambiental sobre os recursos naturais como: a devastação e desmatamento das florestas equatoriais e cerrados, assoreamento de rios, degradação dos solos e muitos outros associados aos impactos gerados pelos grandes empreendimentos instalados nesta porção do estado do Maranhão. Todo esse processo não ocorre sem resistências e o Caderno ora apresentado também traz em seu conteúdo o sentimento e as lutas de lideranças indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, trabalhadores rurais e ribeirinhos. Esses problemas ambientais também se expandem para as cidades, a exemplo, dos lixões, falta de saneamento básico nas residências e loteamentos irregulares, como é o caso das cidades de Santa Inês, Imperatriz e Açailândia. É importante registrar que a construção e publicação deste trabalho conta com a participação destes agentes sociais que, de modo muito especial, descrevem seu cotidiano pela defesa de direitos e lutas sociais por acesso e manutenção a seus territórios e ecossistemas envolvidos.

PROJETO

**Mapeamento  
Social**



ISSN 2359-0300

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO



PPG **CS**PA

